

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS VII – CODÓ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS/BIOLOGIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL SENADOR
ARCHER, CODÓ – MA.

SARA ARAUJO COSTA

CODÓ - MA

2020

SARA ARAUJO COSTA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL SENADOR
ARCHER, CODÓ – MA.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de
graduação no curso Licenciatura
em Ciências Naturais/Biologia
pela Universidade Federal do
Maranhão.

Orientador: Dilmar Kistemacher

CODÓ - MA

2020

SARA ARAUJO COSTA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL SENADOR
ARCHER, CODÓ – MA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título de licenciada em Ciências
Naturais/Biologia pela Universidade Federal do Maranhão –
UFMA- Campus VII Codó.

Orientador: Prof. Dr. Dilmar Kistemacher

Aprovado em 22/12 / 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dilmar Kistemacher – orientador

Profa. Dra. Clara Virgínia Vieira Carvalho de Oliveira Marques

Profa. Msa. Kelly Almeida de Oliveira

CODÓ - MA

2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Araujo Costa, Sara.
projeto político - pedagógico: instrumento da gestão
democrática no Centro Educacional Senador Archer, Codó/MA
/ Sara Araujo Costa. - 2020.
46 f.

Orientador(a): Dilmar Kistemacher.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Naturais - Biologia, Universidade Federal do
Maranhão, Codó, 2020.

1. Ensino. 2. Gestão democrática. 3. Projeto político - pedagógico. I.
Kistemacher, Dilmar. II.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem ele nada é possível.

As minhas irmãs, Gessiane e Francisca, Eliana in memoriam, e meus irmãos que sempre me impulsionaram na vida para ser positiva e forte.

Aos meus pais, José Ribamar A. Gomes e Gessi B. da Costa que sempre priorizaram a educação dos filhos.

A todos os membros da escola que contribuíram para a realização desta pesquisa.

E por último, mas não menos importante, aos amigos que sempre torceram para que eu concretizasse esse momento da minha vida, a graduação.

O fim da educação é a formação da
consciência crítica e a transformação social.

Moacir Gadotti

RESUMO

O presente trabalho teve por finalidade abordar o Projeto Político Pedagógico como um instrumento fundamental para a gestão da escola e que concorre para a melhoria da qualidade do ensino. A pesquisa se deu no Centro Educacional Municipal Senador Archer da cidade de Codó/MA. O estudo buscou investigar as ações educativas desenvolvidas na referida escola e os mecanismos de gestão adotados na escola, bem como a participação da comunidade na tomada de decisões. O trabalho fez uso da pesquisa qualitativa e elementos da etnografia. Assim, foi analisado o conjunto de valores assumidos pela escola, as relações interpessoais, as reuniões com os pais, colegiado, dando ênfase à instauração da gestão democrática nesse espaço, relacionando com as intenções do projeto político – pedagógico da escola. A partir da análise desenvolvida podemos dizer que todos esses elementos são importantes para compreender o significado empenhado por aqueles que vivem dentro da escola e projetam um modelo de educação, proporcionando assim um entendimento mais profundo sobre a organização desse espaço.

Palavras – chave: Projeto Político Pedagógico; gestão democrática; ensino.

ABSTRACT

The actual work has the purpose of approaching the political - pedagogical project as an instrument that contributes to the improvement of education, taking as an example the Center Educational Municipal Senator Archer School of the city of Codó / MA. The research seeks to investigate the educational actions developed in the school and the mechanisms of participation in decision-making. The work make use of qualitative search and elements of the ethnography. Thus, analyzing the set of values assumed by the school, interpersonal relations, meetings with parents, collegiate, emphasizing the establishment of democratic management in this space, pre - intended in the political - pedagogical project. All of these elements are important in understanding the meaning of those living inside the school and designing a model of education, thus providing a deeper understanding of the organization of that space.

Key words: teaching, Political - pedagogical project, democratic management.

FIGURAS

Figura 1: Processo seletivo para gestores da escola pública de Codó.....	28
Figura 2: Atividades realizadas pelos alunos na escola.	42

TABELA

Tabela 1: Orientações da Secretaria Municipal de Educação (SEMECTI) para construção do projeto político pedagógico pelas escolas públicas de Codó.....	25
Tabela 2: Roteiro elaborado pela Secretaria de Educação de Codó sobre como construir o PPP das escolas.....	26
Tabela 3: Plano de ações técnico - pedagógicas implementadas no CEMSA.....	35

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	17
2.1. Os avanços da educação no cenário nacional: Uma breve abordagem histórica.....	17
2.2 O país e a educação: a democratização em pauta.....	20
3. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO EM CODÓ	24
3.1 Secretaria Municipal de Educação e o PPP das escolas no município de Codó.	24
3.2. As políticas educacionais e a busca pela identidade da escola.....	29
4. CENTRO EDUCACIONAL SENADOR ARCHER: UM ESTUDO SOBRE A PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA	30
4.1 Características e organização do espaço escolar.	31
4.2. Caracterizando o PPP da escola.	32
4.3 O que pensam os autores do projeto político - pedagógico?	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE	46

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político -Pedagógico se tornou um dos instrumentos de melhoria do espaço escolar no que se refere à instalação de mecanismos de participação na tomada de decisões e na construção das relações interpessoais dos envolvidos na educação, pois é nele que estão inseridas as ideias, o planejamento, as mudanças almejadas para a escola. O Projeto Político-Pedagógico-PPP é um documento obrigatório em todas as escolas que compõem os sistemas de ensino em nível nacional. É nele que o corpo docente, administrativo e órgãos reguladores internos da escola como, por exemplo, os conselhos, detalham os objetivos da escola.

Segundo Medel (2012 p. 4), a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9394, estabelecida no ano de 1996, regulamentou a gestão democrática das escolas públicas e, pela primeira vez, apresenta, no Artigo 12, a necessidade de as escolas elaborarem e executarem o seu Projeto. Além disso, a sua construção deve ser em conjunto, assumida por todos os membros da escola.

A partir deste trecho, percebemos a importância do Projeto Político - Pedagógico (PPP) nas escolas, não apenas como instrumento de mudança, mas, também, como balizador das ações educativas, política, administrativa e financeira das instituições públicas de educação e, não menos importante, em busca da qualidade do ensino. Por esta razão este trabalho monográfico optou por estudar o Projeto Político Pedagógico por entender que este documento se estabelece não apenas uma atividade normativa e burocrática, mas, também, representa os anseios e valores daqueles que atuam nas escolas públicas deste país.

Por muitas vezes presenciei durante o estágio as dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras da rede pública a falta do básico, ou seja, a falta de um livro didático, um quadro negro em sala de aula, a violência dentro da escola ou ainda, a falta de um simples giz. A partir dessas observações veio o questionamento sobre como uma escola trabalha e faz a gestão destes problemas para que consiga cumprir com suas metas e funções, adequar o currículo do professor a essa realidade social e atender as necessidades da comunidade em que a escola está inserida.

Segundo Veiga (2001) a escola tem ampliado suas funções em razão de fatores tanto externos quanto internos e que esses fatores provocam processos de intervenção que possibilitam a aprendizagem significativa por parte dos alunos. Tais fatores

referem - se a mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais, pois a escola não está separada desta nem imune as transformações. Neste sentido, Veiga diz que:

[...]. Esses fatores, em constante interação, contribuem para a ampliação das funções da escola ao mesmo tempo em que provocam a busca de processos de intervenção que possibilitem a realização de experiências significativas de aprendizagem por parte dos alunos. Nesse ato de trilhar em direção à qualidade do processo educativo, destacamos, de um lado, a importância de refletir sobre as relações mais amplas da escola com as políticas públicas [...] (VEIGA, 2001, p. 46).

Na fala de Veiga, ela chama a atenção para refletir mais sobre a importância das relações amplas da escola e com as políticas públicas desenvolvidas para a educação. Nesse sentido, vale ressaltar que o PPP corrobora no intuito de envolver as partes que se utilizam da escola, pais, alunos, professores, gestores, comunidade e a sociedade civil, para discutir as necessidades da escola buscando adequar estas às suas necessidades e anseios.

Na elaboração deste documento, o PPP, o diálogo e a participação de todos, preconizada na legislação, intermeia o processo construtivo contribuindo para a instauração de um espaço mais democrático na escola.

Quando se fala em espaço democrático na escola logo isso remete às práticas exercidas pela figura administrativa da escola, o/a gestor/a. O Projeto Político Pedagógico tem como uma das suas finalidades organizar o trabalho do gestor para que este possa mediar atividades coletivas entre a escola, professores e a comunidade. Partindo desse pressuposto, o gestor é o maestro condutor e deve disponibilizar subsídios para a instauração de uma gestão democrática tendo em vista o compromisso da escola em formar cidadãos críticos e transformadores da sociedade.

Diante do exposto, entendemos que o PPP representa um esforço coletivo na tentativa de superar as barreiras que inviabilizam uma educação plena para o exercício da cidadania e a construção da consciência democrática de cada cidadão e, ainda, que a escola é local privilegiado para o desenvolvimento da pessoa humana.

Portanto, espera - se que o PPP contribua para o compartilhamento de ideias, ações técnicas e pedagógicas dentro da escola. Descentralizando e democratizando as tomadas de decisões, firmando o compromisso dos sujeitos envolvidos no processo, contemplando ações que levem para a qualidade de ensino, ou seja, para assegurar a

escola desejada, uma educação adequada, dentro das possibilidades e realidades de cada escola. Diante de uma sociedade desigual, indiferente, com finalidades egoístas, cabe, por muitas vezes, à escola o papel de desconstruir essa realidade em favor da igualdade, solidariedade, justiça e cidadania. Acredito que a escola é um ambiente de possibilidades e transformação humana.

A pesquisa teve como objetivo compreender as ações educativas desenvolvidas na escola municipal Centro Educacional Municipal Senador Archer, bem como os mecanismos de participação na tomada de decisões. Assim, analisando o conjunto de valores assumidos pela escola, as relações interpessoais, as reuniões com os pais, colegiado, dando ênfase à instauração da gestão democrática nesse espaço. Fazer a caracterização da escola tendo em vista as condições físicas, matérias e pessoal existente. Estudar o PPP da escola e observar o desenvolvimento de atividades administrativas e pedagógicas. A escolha do local da pesquisa se deu pela escola ter sido construída no intuito de ser, a priori, um modelo de escola para o município em 1986, data da sua inauguração.

O método utilizado neste trabalho monográfico se situa nos marcos da pesquisa qualitativa face à natureza do estudo, fazendo uso de elementos da etnografia. Na pesquisa qualitativa todos os pesquisados são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimento e produzem práticas capazes de interferir nos problemas que identificam (NASCIMENTO, 2008).

Mattos e Castro (2011), diz que, a etnografia contribui para o desvelamento da prática pedagógicas através da descrição de narrativas porque a etnografia procura investigar o cotidiano dos pesquisados e o significado que eles atribuem aos acontecimentos diários e triviais. Mesmo sendo a análise qualitativa fundamental neste trabalho, outras metodologias também foram necessárias para a realização deste trabalho.

Assim sendo, para obtenção dos dados da pesquisa foram utilizadas algumas técnicas, como: observação com visitas in loco e entrevistas com os segmentos da escola (professores, gestores, supervisores e alunos).

No primeiro passo da pesquisa, realizei a pesquisa bibliográfica, pesquisando sobre o processo de redemocratização da escola brasileira no tocante as participações dos segmentos em seu interior e a sua importância. Em seguida, realizei o estudo

em campo, caracterizando a escola, as condições físicas, materiais e de pessoal. Acompanhando o planejamento escolar, reuniões e eventos da escola. E, por fim, foi analisado o projeto político – pedagógico, contrapondo as práticas da escola com as finalidades desejadas no documento.

O levantamento de dados secundários se destinou a caracterização das condições históricas – educacionais do município de Codó e as iniciativas da Secretaria Municipal de Educação no tocante a subsídios as escolas na elaboração do seu PPP.

Com base nesta proposta realizei observação in loco, no período de outubro de 2018 a abril de 2019 na escola, visitando todas as dependências da escola, realizando estudo do PPP, o desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas e entrevistas com profissionais da educação da escola, para subsidio desta pesquisa. Para tanto, foi acordado entre os envolvidos na pesquisa o consentimento para o uso de falas e documentos. A duração da pesquisa foi de sete meses.

O trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, faço uma abordagem histórica sobre a educação brasileira e a exclusão dos membros da escola na tomada de decisões, que, por muitas vezes, acatava um modelo estabelecido autocraticamente. Em seguida, faço uma análise sobre os primeiros avanços da ideia de gestão democrática e do Projeto Político Pedagógico na legislação como ferramenta que contribuisse para a instauração do espaço democrático de gestão das escolas.

No segundo capítulo a ênfase foi dada às medidas e investimentos educacionais no município de Codó e as ações da secretaria de educação no que diz respeito orientação da criação do Projeto Político -Pedagógico pelas escolas, em especial, a escola em estudo. No terceiro e último capítulo, relato a pesquisa de campo realizada no Centro Educacional Municipal Senador Archer. Nesse capítulo procuro compreenderas particularidades organizacional e implementação do PPP na escola.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ao longo da nossa história, podemos dizer que as políticas para o setor da educação não foram adequadas às demandas de universalização e de qualidade para o ensino público, laico, gratuito para todos. Tal situação pode ser comprovada a partir de uma pesquisa crítica dos documentos e dos dados dos períodos Colonial e Imperial debatidos por diversos autores que estudam o sistema social, político, econômico e principalmente, educacional do país. Este capítulo busca fazer uma cronologia da educação brasileira dos jesuítas a ditadura, realizando uma discussão sobre a abertura da democratização do espaço escolar e o surgimento do PPP.

2.1. Os avanços da educação no cenário nacional: Uma breve abordagem histórica.

Essa breve abordagem pretende apontar elementos da política educacional do nosso país para que possamos entender a situação atual. Segundo Vieira e Freitas (2003, p. 15) é preciso olhar para o passado para entender porquê de tantas ausências significativas na educação. E, comparando os dilemas da educação de ontem com os de hoje nos dará consciência de melhorar o futuro.

A política educacional no Brasil teve início com a chegada dos jesuítas e seus colégios, estes eram as principais instituições voltadas à formação da elite colonial. Conforme este mesmo autor o conhecimento era censurado e sob a égide do clero. Podemos dizer que tal modelo educativo consistia em desenvolver o aparelho ideológico da Igreja, (VIEIRA; FREITAS, 2003).

Sobre isso, Gadotti (1993), enfatiza que a escola reproduziu o modo de pensar da classe dominante ao longo do processo histórico da humanidade. E que a Igreja Católica, nos primeiros séculos da era cristã, foi a maior influenciadora do modelo de educação. Nas suas palavras, ele diz:

[...] A igreja percebeu, muito cedo, a importância que tinha a instituição escolar como veículo de difusão de sua “boa nova”, de sua mensagem. [...] A Igreja dominou o Estado. E o Estado tornou - se educador, dirigente, organizador da sociedade em torno de uma única religião. [...] Portanto, a Igreja tirou a educação das ruas e a jogou para o recinto fechado, sagrado, onde a palavra era policiada e homologada pelo Sumo Pontífice, o papa. A diferença era punida e estigmatizada de tal forma que, não só nos países europeus, mas no mundo todo, tentou – se impor a ferro e fogo essa doutrina, com enormes consequências para o desenvolvimento da educação e das culturas (GADOTTI, 1993, p. 77).

Analisando a historicidade da educação brasileira Pimenta e Anastasiou (2002), falam que o modelo educacional jesuítico era baseado no método tradicional. As aulas tinham início pela verificação das lições anteriores, chamadas de *lectionem reddere*. Um aluno decurião revisava o conteúdo ensinado aos fins da manhã e da tarde. O conhecimento era algo imposto, indiscutível, dogmático, pronto e acabado- e a memorização era a operação essencial de ensino. O professor – um sacerdote – era o transmissor do conhecimento centrado no método de aula expositiva.

Pela análise de Pimenta e Anastasiou acima percebe – se que não era permitido questionar os métodos de ensinamento, o que impossibilitava práticas inovadoras que valorizassem a bagagem cultural do aluno.

Sobre a educação Jesuítica, Fausto (1995), destaca que os jesuítas¹ construíram em território brasileiro as principais escolas de formação da elite dirigente. Quando o Marquês de Pombal os expulsou mantinham 36 missões, 25 residências e 18 estabelecimentos de ensino secundário.

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, uma série de reformas foram feitas para melhor o desenvolvimento da nova residência da família real lusitana. Porém, tais modernizações empreendidas pela monarquia restringiram - se à formação das elites governantes e militares. Foram criados cursos nas áreas de medicina, carreira militar e de artes para formarem burocratas para ocuparem cargos necessários para o funcionamento das instituições na Colônia elevada à Império Gadotti (1993). Segundo este mesmo autor, mesmo com a transformação cultural proporcionada pela vinda da Corte Portuguesa para o Brasil a realidade no país era alarmante.

Em relação a dados educacionais, por exemplo, apesar da Constituição Imperial de 1824 defender a gratuidade do ensino primário, o país tinha 85% da população analfabeta ao fim do Império, Fausto (1995). As reformas enfrentaram problemas, o ensino das primeiras letras passou a ser ministrado de maneira avulsa, fragmentando o processo pedagógico. Faltavam professores, livros e pagamentos de salários, cabendo a Coroa determinar às famílias que custeassem os estudos dos filhos, Novais (2011).

¹ Ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, que chegaram ao Brasil em 1549 e aqui permaneceram até 1759 comandando a educação, com método e conteúdo do *Ratio studiorum* inspirada na escolástica, GADOTTI (1993).

Sobre esses dados Fausto, ressalta:

Os primeiros dados gerais sobre instrução mostram as enormes carências nessa área. Em 1872, entre escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só as mulheres. Mesmo descontando – se crianças nos primeiros anos de vida, eles são bastantes elevados. Apurou – se que somente 17% da população entre 6 e 15 anos frequentava escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto calculava - se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente de educação rudimentar (FAUSTO, 1995, p. 134).

Observando as constatações de Boris Fausto e Fernando Novais acima podemos dizer que a educação no Brasil era um privilégio dos mais abastados da sociedade brasileira que se concentrava numa pequena parcela da população. Com isso, foi através dos estudos de Rui Barbosa² datado de 1882 que tomou - se conhecimento do atraso no campo educacional do país ao fim do Império, contribuindo assim para importantes reformas na educação durante a República Velha (GADOTTI, 1993).

Os primeiros anos do século XX foram marcados por várias reformas no campo da educação. Em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE). Nesse período surgiu também o movimento cívico – patriótico que postulava o combate ao analfabetismo, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova³, GADOTTI, (1993).

Assim sendo, da chegada dos portugueses ao Brasil até a década de 1930, foi um período no qual predominou - se a educação tradicional, centrada no professor e na sua autoridade, marcadamente religiosa e pelo ensino privado. No período Populista (1930 - 64) predominou as ideias liberais na educação que segundo Gadotti (1992), não passaram de uma manipulação das classes subalternas pelos burocratas militares interessados em mão de obra qualificada, pois estes priorizaram a industrialização e a economia em detrimento da consciência crítica da população.

A partir do ano de 1964 através de um golpe de Estado Civil Militar houve o distanciamento entre Estado e sociedade, fim das eleições e o fechamento do Congresso Nacional. No setor educacional houve ainda mais redução dos investimentos e estudos sobre os investimentos em educação daquela época apontaram

² Rui Barbosa foi um dos organizadores da república e coautor da constituição da primeira república juntamente com Prudente de Moraes. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ruy_Barbosa>. Acessado em 19/08/2018.

³ Movimento que defendia a educação laica, gratuita e obrigatória, GADOTTI (1993)

que entre os países da América Latina, o Brasil foi o que menos destinou verbas para a educação (Gadotti, 1993).

Por conta disso, autores da educação sempre se referem àquela época como a época perdida. Enquanto ao redor do mundo ocorria várias manifestações em favor da liberdade de expressão, metodologias de ensino que priorizassem o humano, a coletividade, o Brasil fazia o inverso. Historicamente a administração da educação no Brasil se fez em nome da racionalização, priorizando a burocratização, a tecnocracia, a gerência de verbas, que reforçou a eficiência e a eficácia pela produtividade.

Contra esta forma de levar a educação Busmann, destaca que hoje é preciso considerar todos os fatores que constroem o indivíduo na sua totalidade, individual, coletiva, social e histórica. Ele diz:

[...] Hoje, mais do que nunca, são reivindicados e esperadas melhorias também na qualidade dos serviços educacionais de modo geral e da formação básica de modo particular, apostando e considerando a capacidade de cada pessoa para a construção do conhecimento, na condição de agente, de sujeito que pensa, age, faz, reflete [...] O mundo da educação diz respeito às pessoas e a seu contexto sociocultural, aos sujeitos, aos acontecimentos, aos conflitos de liberdade de decisão e às condições de vida, tanto em plano individual como coletivo (BUSMANN, 2013, p. 41).

Todos esses dados revelam o quanto esses modelos educacionais propostos de cima para baixo contribuíram historicamente para o atual quadro da educação brasileira. Com a democratização do país a partir de 1985, a abertura política e com o engajamento da sociedade nas decisões cívicas, voltou-se a debater os problemas educacionais e a criação de um novo plano de educação, a gestão democrática das escolas, a discussão de uma lei concreta sobre as bases da educação nacional que foram paradas devido ao golpe civil militar.

2.2 O país e a educação: a democratização em pauta

Com o processo de redemocratização do país a escola passou a ser entendida como espaço de transformação social das classes subalternas e onde as ideias de grupos opostos se encontram. Portanto, é na escola que se constroem as relações de poder entre as classes. O movimento pela democracia e liberdade daquele período (1985) pôs em questão a função reprodutora da escola como aparelho ideológico das classes dominantes. A partir daí, começou a busca por uma escola emancipadora de indivíduos.

Com a promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, garantiu o direito à educação para todos, sendo dever do Estado e da família. Vários fóruns e conferências foram criados para discutir a educação nacional com o envolvimento de partidos, instituições científicas, educadores e profissionais do setor privado da educação Gadotti (1992, 1993).

O Fórum de Educação do Estado de São Paulo- FEESP foi um deles cujo objetivo era vencer a tradição elitista de elaborar leis e projetos em gabinetes, como fica bem claro em um trecho da carta justificando a sua criação:

Numa democracia, fundada nos princípios de autonomia e participação, a educação é ao mesmo tempo fator e produto da sociedade. Uma política educacional fixada sem debate com a sociedade e sem consulta aos profissionais da área e suas organizações gera o dogmatismo, o centralismo e o burocratismo. Ao contrário, uma política democrática de educação, de um lado, busca incentivar a participação de todos aqueles que estão envolvidos com os problemas educacionais e, de outro, procura estimular o papel crítico dos órgãos responsáveis pela educação [...] (GADOTTI, 1992, p. 94).

Neste ponto, cabe ressaltar que a partir da redemocratização vem se cobrando um papel importante da escola como um espaço onde se inicia a transformação da sociedade. Segundo Silva (2011), é preciso proporcionar as classes subordinadas pelo poder hegemônico⁴ elementos para que elas lutem pelos seus interesses. Contrapor – se à essa força requer um canal dialógico no campo das lutas e negociações.

Dito isto, Silva O. D. (2011) afirma que:

Uma escola que caminha na direção contra – hegemônica é aquela que apresenta um ensino que desvele a “escola neoliberal”⁵ do Estado, por meio de uma prática pedagógica que não ignore a realidade escolar, mas que descobre e percebe a ideologia opressora e as diferentes formas de poder presentes na sociedade de classes (SILVA, 2011, p. 48).

Como citado acima, nos parágrafos anteriores, com a abertura política, a partir dos anos 1990 em diante, no Brasil, a ideia de projeto político - pedagógico como um instrumento balizador das ações pedagógicas, dialógico e democrático no interior das escolas ficou cada vez mais forte além de outros mecanismos como, por exemplo, grêmios estudantis, conselho de classe e associação de pais. E, neste contexto de

⁴ Para Gramsci (1978, apud Silva O.D, 2011) a ideia de poder hegemônico seria a força que envolve poder, direção, domínio e de conquista mediante a persuasão e o consenso, não implicando em violência.

⁵ Segundo Fasano (2006, apud Silva O. D, 2011) a escola neoliberal camufla as relações de classe e atribui o fracasso ou o sucesso no sistema educacional a uma relação exclusivamente de mérito individual.

mudanças políticas e pedagógicas, que estudamos o PPP por sua relevância como organizador dos meios e fins da escola pública.

Segundo Lima (2006), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, garantiu às escolas esse suporte legal para que elas instaurem uma gestão democrática e sua autonomia. Segundo essa lei, no artigo 12, inciso I, determina que as escolas elaborem e executem sua proposta pedagógica. Por isso, ao elaborar o projeto político pedagógico é indispensável a observação de características próprias e necessárias desse processo, tais como: construção coletiva, sob coordenação da direção, participação dos professores, pais e alunos; obediência as diretrizes nacionais de educação, formação permanente dos professores, avaliação periódica do processo pelos envolvidos e reelaboração do projeto político pedagógico ao longo do tempo. Neste caso, o PPP gera um impacto educacional à escola por tornar sua missão mais explícita diante dos desafios da sociedade na qual está inserida. Sendo assim, Lima fala:

Sendo um processo impregnado de inovações, o projeto político pedagógico, nos seus aspectos políticos e pedagógicos intrinsecamente ligados entre si, não focaliza apenas a dimensão futura, mas busca seu suporte na realidade que se está vivenciando num movimento de ação – reflexão – ação; de construir – destruir – reconstruir; e de avaliar e reavaliar (LIMA, 2006, p. 39).

A partir desse pressuposto de que o projeto político pedagógico é uma tarefa de ação - reflexão, como, então, dá a partida nessa caminhada que se constitui de avanços e retrocessos para que todos os envolvidos se sintam parte dessa mudança? A resposta está na implementação da gestão democrática no recinto escolar, uma ação conjunta, já definida nos artigos 13 e 14 da LDB.

O artigo 13 define o professor e seu trabalho como questão estratégica na política de educação, eles são encarregados de integrar escola/família/comunidade no conteúdo da disciplina. Já o artigo 14 diz que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Isso nos leva a entender que o PPP da escola é um situar – se na caminhada, no cotidiano gerando movimento em seu fazer pedagógico que acontecerá mediante a ação participativa dos envolvidos, uma das características fundamentais da gestão democrática.

Ribeiro em seu artigo “A gestão democrática do projeto político-pedagógico na escola pública de educação básica” ressalta que a legislação atual proporciona práticas educativas participativas sob a forma de gestão democrática entendendo que a participação nessa modalidade de gestão constitui pressupostos da democracia que podem ser concretizados por meio do Projeto Político-Pedagógico. É provável que a criação de uma proposta pedagógica não garanta uma melhoria total da escola, mas possibilita maior segurança no direcionamento de decisões e uso mais eficiente das oportunidades oriundas do cotidiano escolar.

Segundo Veiga (2013) a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que ele é elaborado contemplando o perfil da comunidade escolar. Para isso, a escola não precisa necessariamente esperar que órgãos administrativos tomem a iniciativa. Mas criem condições para que ele aconteça. Silva (2011), chama isso de qualidade negociada, pois a escola está sujeita as diretrizes da educação nacional.

Canen (2004, apud Medel, 2011), ao se referir ao PPP, fala que é preciso reconhecer a pluralidade dentro da escola, pluralidade de ideias, sociais, culturais, pois são estas que formam a escola como uma unidade específica e por consequência sua identidade. E, esta unidade plural está inserida numa visão política do que se espera de um cidadão em uma sociedade democrática do século XXI.

Dito isto, é imprescindível que o PPP contemple essa diversidade buscando o equilíbrio nas tensões. Por isso é importante a participação de todos nas decisões. Assim, corroboram os estudos de Lima e Pereira (2013) neste assunto, eles dizem:

Os participantes podem contestar e reivindicar, por meio do diálogo, a garantia de direitos, a supressão de diretrizes obsoletas à sua realidade e a promoção da equidade e justiça social. (LIMA; PEREIRA, 2013, p. 20)

Ferrari (2011) traz em seu trabalho uma discussão sobre a concepção dos termos do PPP. Ele fala que os envolvidos precisam ter a clareza diante do que se pretende problematizar. Os termos projeto, político e pedagógico acabam se tornando balizadores da ação escolar baseado no tipo de cidadão que quer se formar. Lembra que o ato pedagógico pode, e muito, auxiliar na formação de cidadãos participativos ou submissos, críticos ou acríticos, criativos ou meros reprodutores. E Diante do papel social da escola, destaca a questão da definição de propostas claras para o trabalho pedagógico diário. Veiga em seu trabalho afirma que o projeto político pedagógico é

norteado por três pressupostos: filosófico - sociológico, epistemológico e didático – metodológico.

Veiga (2013, p. 13) por sua vez assim se posiciona:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico [...] (VEIGA, 2013, p. 13).

Então, todo o processo de construção do PPP se constitui no fazer pedagógico da escola. A autora aponta ainda sete elementos de relevantes contribuições à construção do projeto político pedagógico. São eles: finalidade da escola, a estrutura organizacional, o currículo, problematização da realidade escolar, compreensão desta realidade e proposição de ação coletiva, Veiga (1995, p. 22).

O percurso até aqui tem apontado algumas discussões acerca do PPP, suas vantagens para a melhoria da escola pública, seu potencial político e democrático. Assim, no próximo capítulo o objetivo é apresentar o olhar cuidadoso das atividades pedagógicas e análise do PPP da escola Centro Educacional Municipal Senador Archer no ano letivo de 2018 afim de identificar suas intenções, sua visão de mundo e de cidadão que querem formar e como negociam suas propostas pedagógicas com as estruturas governamentais de educação.

3. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO EM CODÓ

Neste capítulo apresento os dados pesquisados sobre os dados quantitativos de escolas, modalidade de ensino ofertada no município de Codó e discutir a liberdade da escola na elaboração do PPP e, as recomendações da Secretaria De Educação municipal. Faz - se necessário ter um apanhado da realidade educacional do município de um modo geral para contrastar e revelar práticas e iniciativas desenvolvidas pela Secretária na tentativa de melhorar o quadro existente da educação no município sem deixar de lado, o objeto principal de estudo o projeto político pedagógico, considerando como caso uma escola municipal de ensino fundamental na cidade.

3.1 Secretaria Municipal de Educação e o PPP das escolas no município de Codó.

Com base em dados de 2017 obtidos da Secretaria Municipal de Educação Ciência, Tecnologia e Informação (SEMECTI) de Codó, estado do Maranhão, a rede

de ensino municipal continha 243 escolas registradas. Destas, 174 não possuíam o PPP. 53 estavam em processo de elaboração e apenas 16 escolas tinham seu PPP elaborado. No ano de 2018, ano de avaliação do PPP por todas as escolas no município, tinham sido revisados e atualizados os projetos de 8 escolas, 15 novas escolas começaram a construir seu PPP e 10 novas escolas já haviam concluído o seu PPP.

Esses dados nos mostram que apesar dos esforços ainda há um número significativo de escolas que não possuem um Projeto. Vendo esta realidade, a Secretaria de Educação do município utilizou – se de um roteiro criado pelo governo estadual no programa “Escola Digna”, o qual orienta as escolas a construir coletivamente um PPP para ajudar as escolas do município a construírem seu próprio projeto político - pedagógico.

Tabela 1: Orientações da Secretaria Municipal de Educação (SEMECTI) para construção do projeto político pedagógico pelas escolas públicas de Codó.

Etapas	Ação	Responsáveis	Como	Quando
Envolvimento, sensibilização e engajamento da equipe escolar e a visão de trabalho a ser realizado.				
Planejamento coletivo para organização e definir as atribuições de cada participante.				
Levantamento e coleta de dados para diagnóstico da realidade escolar				
Mobilização da comunidade externa.				
Análise e socialização dos dados e definição de prioridades, metas com a comunidade escolar.				
Elaboração e avaliação do documento				
Divulgação da versão final.				

Fonte: Secretaria Municipal de Educação Ciências Tecnologia e Informação (SEMECTI)

Neste roteiro é pertinente o caminho democrático pois nas etapas um e quatro explicita que a construção de um projeto necessita passar pelo coletivo envolvendo a participação de todos. Segundo Silva (2011) a busca pela qualidade da educação é um

debate entre indivíduos e grupos que estão envolvidos e trabalham para definir valores, objetivos, prioridades e ideias de como é e de como poderia ser a rede de ensino. E é nesse processo de construção que se torna indissociável a bagagem histórica, social, ética, política de cada indivíduo para a construção da sua identidade.

É no processo de construção do PPP que se constroem a reflexão dos componentes sociais, éticos e políticos que orientam as ações pedagógicas em consequência de estarmos em um momento histórico da sociedade que o autor chama de modernidade reflexiva. Afirma, ainda, que é característico do sujeito moderno decidir como ser e agir, podendo controlar e compreender as ações humanas e que as práticas são permanentemente construídas reflexivamente sendo fundamental para a transformação social.

A transformação social passa pelo engajamento, pela mobilização e intervenção no espaço escolar compreendendo a totalidade das particularidades dentro e fora deste. Como diz Freire (2001), a intervenção sobre a realidade é fruto da reflexão no espaço dialógico do exercício educativo. A postura crítica - reflexiva deverá ser a condutora das discussões especialmente do projeto político - pedagógico.

Neste sentido, podemos dizer que mesmo que o roteiro tenha sido construído por instituição maior reguladora do ensino isso não significa que as escolas perdem a sua identidade própria. Este roteiro é um norteador das ações necessárias para se construir o PPP coletivo e reflexivamente com a participação de todos da escola podendo a escolar abraçar suas particularidades internas. Abaixo segue mais um roteiro criado pela SEMECTI para orientar sobre o que deve conter no projeto político - pedagógico de cada escola.

Tabela 2: Roteiro elaborado pela Secretaria de Educação de Codó sobre como construir o PPP das escolas.

Elementos pré – textuais	Marco situacional	Marco teórico	Marco operacional
Capa	Identificação da escola	Referencial teórico (constituição federal, LDB, DNCE, ECA e BNCC)	Direção
Folha de rosto	Nome da escola	Histórico da escola	Quadro docente
Epígrafe	Entidade mantenedora	Caracterização da comunidade escolar	Quadro de funcionários
Equipe de elaboração	CNPJ	Filosofia da escola	Supervisão pedagógica
Sumário	Endereço	Educação que queremos proporcionar (educação inclusiva, ambiental diversidade cultural, étnico – racial e temas contemporâneos e tecnologias)	Da prática da gestão democrática

Apresentação	Horário de funcionamento	O professor que queremos ser	Atribuições do professor
Justificativa	Modalidade de ensino ofertada	O aluno que queremos formar	Atribuição do supervisor
	Caracterização do espaço	A sociedade que queremos ter (direitos humanos)	Atribuição do aluno
		A escola que queremos ser	Atribuições da equipe administrativa
		Missão e valores da escola e sua comunidade	Membro colegiado
		Teorias pedagógicas no contexto da escola	Conselho escolar
			Associação de pais e mestres
			Proposta curricular (BNCC)
			Avaliação do rendimento escolar
			Da recuperação
			Controle de frequência
			Formação continuada para o corpo docente
			Avaliação do PPP
			Metas, ações e estratégias

Fonte: Secretaria de Educação de Codó.

Neste outro roteiro percebemos mais especificamente o que as escolas do município devem priorizar ao construírem suas propostas pedagógicas. Percebemos se, por exemplo, que a escola deve especificar que tipo de cidadão quer formar para a sociedade, quais os valores e missão da escola, que tipo de professores querem ser, e a educação que querem proporcionar; nota – se que a fundamentação desse processo deve obedecer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

É importante destacar a BNCC, pois é um documento que define o que deve ser ensinado na Educação Básica, e, mais do que isso, define o que é currículo. Segundo Lopes; Macedo (2011, apud Franco; Munford, 2018, p. 121), o currículo é compreendido como um campo de lutas na medida em que os conhecimentos ensinados e aprendidos nas escolas são construções sociais com finalidades que se sustentam em relações de poder. No PPP é importante considerar o currículo do professor por é a aplicação na prática de tudo o que se propôs fazer no planejamento.

Assim a BNCC define algumas competências gerais que o currículo deve conter:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, Ministério da Educação).

Ao definir essas competências a BNCC reconhece que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para uma transformação da sociedade mais justa e solidaria.

Para Henrique Paro (2002) a dimensão política está implícita na própria ação escolar porque a escola não é neutra. Usa - se a educação como ação política. Para Gadotti (1995) o educador é político por buscar alternativas contrarreguladoras no seu fazer pedagógico. Algo que ressalto em relação à dimensão política dentro do espaço escolar são as eleições para gestores escolares. Paro (2002) fala que o processo de escolha dos gestores pela comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) reafirma a visão de mundo e de política que orientam a ação dos grupos contendores. Portanto, fundadas nos ideais democráticos.

Foi possível observar durante a pesquisa este processo na Escola. Aconteceram no ano de 2018. Todas as escolas da rede codoense realizaram eleições para gestores escolares. Na escola pesquisada, a atual gestora realizou uma reunião com os pais para discutir a eleição. Nesta reunião foi passado aos pais a importância da participação dos mesmos na escolha do próximo gestor além das regras de votação.

Figura 1: processo seletivo para gestores da escola pública de Codó



Fonte: Disponível em: <<http://www.codo.ma.gov.br/portal>. Acessado em 20/10/18

A comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) escolhiam um candidato. Alunos menores de 12 anos votavam acompanhados dos responsáveis, de 12 anos em diante votavam sozinhos. O voto foi secreto. Todo o processo eleitoral foi

acompanhado por uma equipe formada pelo Conselho Municipal de Educação (CME), Secretaria de Educação (SEMECTI) e sindicato dos professores. O gestor escolar eleito tem dois anos de gestão.

Paro (2003, p.15) chama atenção para o fato de que existem maneiras para escolha de diretor, dessas alternativas listam - se como, por exemplo: indicação por alguém que detém o poder político, escolha por currículo e votação pela comunidade escolar. Destas, a primeira é a que mais, segundo o autor, tira o direito de escolha das pessoas, transformando a escola num curral eleitoral reproduzindo as práticas autocráticas do poder executivo. Isso imobiliza a abertura de canais de participação. Além disso, Zabot (1984, apud Paro, 2003) ressalta que a eleição para diretor é instrumento essencialmente democrático comparado com os demais citados, pois à medida que a sociedade se democratiza, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a sociedade, a escola é uma delas.

3.2. As políticas educacionais e a busca pela identidade da escola

A democratização da escola se faz através da liberdade do fazer pedagógico que não pode se dissociar da autonomia. A autonomia encontrada nas instituições e organizações públicas e privadas resulta numa ruptura do modo tradicional de compreender e atuar na realidade. Ela impõe uma nova política de planejamento e gestão no sistema educacional, NEVES (2013, p. 97).

Há diferentes concepções quanto a definição de autonomia. Uns considera que a autonomia transcende a questões meramente normativas implicando em valores inerentes ao ser humano, como, por exemplo, liberdade, democratização, independência e participação significando mais que uma intervenção na organização do trabalho para melhorar os resultados institucionais, NEVES (2013, p. 98)

Em relação a escola como uma instituição pertencente ao sistema educacional e, portanto, regida pelas diretrizes gerais desse sistema que são elaboradas pelas políticas educacionais do país, isso não a impede de construir seu próprio projeto condizente com a sua realidade local. Nesse sentido, para Neves, a autonomia assim se define para a escola:

A autonomia da escola é, pois, um exercício de democratização de um espaço público: é delegar ao diretor e aos demais agentes pedagógicos a possibilidade de dar respostas ao cidadão (alunos e responsáveis) a quem servem, em vez de encaminhá-lo para órgãos centrais distantes onde ele não

é conhecido e, muitas vezes, sequer atendido. A autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias, é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade, o que a caracteriza como uma categoria eminentemente democrática NEVES, (2013, p.99).

Ao definir autonomia, a autora chama a atenção para o fato da interdependência entre autonomia e racionalidade no âmbito operacional interno das escolas, pois critérios de racionalidade exige clareza quanto a identidade da escola, sua missão, princípios, valores e os resultados que ela deseja alcançar, pois dessa maneira coincide com o que a comunidade espera dela. Assim seria preciso organizar adequadamente os recursos didáticos - pedagógico, metodologia e técnicas, financeiras e profissionais. Assim sendo a autonomia se consolida em três eixos: administrativo, pedagógico e financeiro.

4. CENTRO EDUCACIONAL SENADOR ARCHER: UM ESTUDO SOBRE A PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA

Este trabalho monográfico parte do pressuposto da pesquisa qualitativa face à natureza do estudo. Na pesquisa qualitativa todos os pesquisados são reconhecidos como sujeitos que elaboram conhecimento e produzem práticas capazes de interferir nos problemas que identificam.

Segundo Nascimento (2008, p. 133), a pesquisa qualitativa tem sua base filosófica principalmente na dialética e na fenomenologia. Para ele é necessário ultrapassar o âmbito das impressões imediatas para conhecer o real.

Assim sendo, para obtenção dos dados da pesquisa foram utilizadas algumas técnicas, como: observação com visitas in loco, aplicação de questionário e entrevistas com os segmentos da escola (professores, coordenadores, gestores, supervisores) concedidas com termo de consentimento. No primeiro passo da pesquisa, propôs-se a realizar pesquisa bibliográfica, sobre o processo de redemocratização da escola brasileira no tocante à participação dos seguimentos em seu interior e exterior, sua origem e importância.

Foi feito a caracterização da escola tendo em vista as condições físicas, materiais e de pessoal existentes na relação com o planejamento escolar. Foi analisado o Projeto político pedagógico, relato de profissionais lotados na unidade escolar:

diretor, coordenador, professor assim como outros documentos, acompanhamento nas reuniões e outros eventos relevantes a esta pesquisa.

Neste capítulo, são apresentados os dados de acordo com os segmentos da escola envolvidos na pesquisa. Apresenta também o olhar cuidadoso da leitura do Projeto Político – Pedagógico do Centro Educacional Senador Archer no ano de 2018.

4.1 Características e organização do espaço escolar.

O Centro Educacional Municipal Sebastião Archer – localizado no bairro São Sebastião, situada à rua Barão do Rio Branco, 822, em Codó, no Estado do Maranhão, foi fundado em 15 de março de 1964. Inicialmente denominado Centro Educacional “Leonardo Araujo”. Obteve autorização para funcionamento de 1º grau. Posteriormente passou a ser denominado de Centro Educacional Municipal Senador Archer conforme Resolução 040/79 do Conselho Estadual de Educação, com atendimento da pré-escola, 1º e 2º grau oferecendo os cursos de magistério e científico e recebeu essa nomenclatura em homenagem ao coronel Sebastião Archer da Silva, no mandato do então prefeito, Moisés Alves dos Reis (1970 - 1973). Desde sua inauguração a escola passou por três reformas.

Sebastião Archer da Silva era proprietário da Fábrica Companhia Manufatureira Agrícola do Maranhão⁶ e ingressou na vida política codoense em 1915 como vereador. Foi prefeito e exerceu vários cargos públicos na política brasileira durante sua vida. Nasceu em São Luís, em 21 de março de 1883, filho de Raimundo Archer da Silva e Filomena Coelho da Silva. Foi casado com Maria José Bayma Archer da Silva. Seus filhos Remi Archer e Renato Archer também seguiram a carreira política. Remi foi senador pelo Maranhão de 1955 a 1957 e em 1958 e 1959. Renato foi deputado federal pelo Maranhão de 1955 a 1968, quando teve o mandato cassado⁷.

Centro Educacional Municipal Senador Archer (CEMSA) possui alunos com média de 10 a 46 anos de idade, tendo 815 alunos matriculados, distribuídos entre o

⁶ A companhia Manufatureira Agrícola do Maranhão foi construída em 1892 sob a responsabilidade do engenheiro Palmério Cantanhede. A fábrica foi trazida a cidade de Codó para reacender a economia da cidade que entrava em declínio com a abolição da escravatura e o novo regime de mão de obra remunerada. OLIVEIRA (2019).

⁷ Esses dados históricos foram obtidos através do próprio projeto político – pedagógico da escola e também com base em documentos do governo disponíveis na Internet. Para mais detalhes acesse: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-archer-da-silva>>. Acessado em: 22/11/18.

ensino fundamental (6º ao 9º ano) e a modalidade EJAI (Ensino de Jovens, Adultos e Idosos). O perfil socioeconômico é bem diversificado, a maior dos alunos tem renda mínima, e 40% dependem do Programa Bolsa Família que utilizam na aquisição de materiais escolares. Sendo que a clientela é formada por 47% de alunos que residem na zona rural.

Atualmente está sendo administrado por uma gestora, Ildenir C. da Silva) e uma adjunta M^a. Rosinilde C. Oliveira e, na coordenação escolar, professor José W. Sousa. Juntamente com 54 professores, atuando 4 professores isentos da sala de aula com funções administrativas, 1 secretário, 2 auxiliares de arquivo, 1 instrutor de informática, 7 assistentes administrativos, 6 auxiliares de serviços gerais, sendo 2 merendeiras, 4 vigilantes distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

4.2. Caracterizando o PPP da escola.

Neste tópico, buscamos detalhar e apontar os objetivos e ações apresentados no projeto político - pedagógico. Buscando compreender como se dá as ações educativas e a participação na elaboração e execução do PPP. Ao ler o projeto político pedagógico da escola, logo no início do documento identificamos referências quanto à participação coletiva na elaboração do PPP:

O presente projeto é resultado da elaboração coletiva de toda a comunidade escolar do Centro Educacional Municipal Senador Archer (CEMSA), visando o desenvolvimento das atividades propostas e o pleno êxito do processo ensino aprendizagem (Codó/Maranhão, projeto político - pedagógico - Centro Educacional Municipal Senador Archer, 2018, p. 4).

Esta referência sobre a participação coletiva pode ser considerada como um entendimento mínimo da escola de que todos têm o direito à participação. Segundo Silva (2013, p. 69) não é comum encontrar menção a participação nos PPP's das escolas, antes uma referência as atividades normativas de funcionamento da escola como metas a serem cumpridas.

Outro ponto importante a ser destacado é como a equipe escolar entende a função da escola:

A Escola CEMSA tem como função principal promover, através da gestão democrática, a socialização, respeito as diferenças de classes, raça, religião e opção sexual, valorizando as experiências dos educandos e suas famílias. Temos como propósito a busca de valores para o fortalecimento da postura humana, a valorização da vida, a disseminação da paz, a construção do

conhecimento, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis, a esperança. Visando a formação de todos os seguimentos inseridos em nossa instituição de ensino, numa perspectiva de dias melhores com dignidade, identidade e projeto de futuro. (Codó - Maranhão, projeto político - pedagógico - Centro Educacional Municipal Senador Archer, 2018, p. 8)

Reconhecer a função da escola nos dias atuais é um caminho para refletir e caracterizar o contexto escolar, sua missão, visão de mundo, concepção de aluno, a educação a ser proporcionada e buscar ferramentas para privilegiar essa diversidade dentro da escola. Assim é preciso definir as atribuições de cada seguimento da escola na intenção de alcançar o que se almeja.

Neste trecho percebemos que a escola é local privilegiado para o desenvolvimento da pessoa humana, rompendo com a indiferença que não prioriza os direitos individuais e coletivos. Observamos que no ano de 2018 existia a expectativa de maiores possibilidades e aspiração para um futuro melhor. Então, começa o esboço para a ideia de: que tipo de escola queremos? Este questionamento é importante porque define a filosofia da escola e o modo operandi da mesma. Em 2018, a escola assim, então, define sua filosofia:

O CEMSA busca o desenvolvimento dos aspectos cognitivos como atitudinais, formando cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, para que promovam os valores que visam o bem comum. [...]. Entendemos que o ser humano é social e histórico, através de sua atividade e relação com o objeto simbólico, constrói tanto o mundo como a si próprio. Considerando que o conhecimento é patrimônio coletivo e, portanto, deve ser socializado. Desta forma a Escola pretende construir um espaço de socialização, sistematização e construção de um novo saber, a partir da mediação do professor visando sempre a inclusão e a diminuição da evasão e repetência. (Codó, Maranhão, Centro Educacional Municipal Senador Archer, 2018, p. 9).

O projeto político pedagógico explicita a preocupação em encontrar novos aportes que visem a atender as exigências de uma educação de qualidade tendo como metas reduzir a evasão escolar e retenção buscando melhorar o relacionamento através da socialização, não só do saber, mas também de valores de fraternidade e respeito. Isso imputa a administração escolar a competência de mediar e ao mesmo tempo acolher e disponibilizar subsídios que permitam o crescimento do grupo. Assim sendo, o CEMSA define as seguintes atribuições ao corpo administrativo supervisão pedagógica e gestão escolar:

Participar da elaboração, execução, do acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico da escola; -Promover, junto à comunidade escolar, ampla

reflexão sobre a realidade sociocultural da comunidade de modo a considerá-los no processo ensino - aprendizagem [...];

Receber e transmitir informações relativas ao trabalho escolar; zelar pela economia e preservação do material escolar; impedir o afastamento do aluno;

Manter bom relacionamento com o pessoal docente e discente. (Codó, Maranhão, Centro Educacional Municipal Senador Archer, 2018, p. 23).

Conforme as atribuições do corpo administrativo vale ressaltar a importância da relação gestor - professor, em termos de processos de interação para o alcance de uma educação de qualidade. Assim, a filosofia da escola se alinha ao pensamento que se dissemina na escola entre seus membros. Cabe, por sua vez, ao professor propiciar novas sínteses em relação ao conhecimento e processos, ampliando e propiciando ao aluno a construção de uma apreensão sempre qualitativa superior à própria realidade.

Conforme os objetivos do PPP já expostos, é pertinente o questionamento: que professores queremos ser? O PPP da escola CEMSA assim define o professor e suas atribuições:

Professores que mantenham o espírito de cooperação , solidariedade com os colegas e respeito com as diferenças dos alunos, participantes da formação continuada, profissional engajado na educação buscando soluções e metodologias diversificadas para que possa atingir seus objetivos profissionais [...] Considerando que a prática educativa é reflexiva e dialógica e que o ato pedagógico é um ato político [...] o professor deve ser dinâmico, criativo, atento as questões locais, mundiais, e tecnológicas; ser conhecedor das concepções pedagógicas adotadas pela escola, norteadoras da sua ação educativa, como condição essencial para a autonomia e autoria de pensamento.(Codó, Maranhão, Centro Educacional Municipal Senador Archer, 2018, p. 10)

Objetivos dos professores:

Apresentar antes do ano letivo o plano de curso e programa das disciplinas[...];

Ser assíduo, responsável pela qualidade e eficiência do seu trabalho, observando os princípios e normas pedagógicas[...];

Cumprir os horários e calendários letivos, favorecendo o cumprimento do currículo previsto[...]; Fazer a avaliação integral da aprendizagem segundo as normas regimentais da escola. (Codó, Maranhão, Centro Educacional Municipal Senador Archer, 2018, p. 21)

A partir do trecho acima é possível observar que a proposta pedagógica considera as obrigações normativas da atividade do professor inicialmente, mas espera que o professor não veja o currículo como um somatório de disciplinas como é habitualmente. Quando se pretende formar um tipo de indivíduo para a sociedade é preciso considerar a historicidade do conhecimento e seu processo de produção diz Veiga (2013), ampliando dessa forma a herança cultural e acumulando novos valores.

A proposta pedagógica assim determina o tipo de aluno que quer formar:

Temos a pretensão de formar educandos atuantes dentro do processo ensino – aprendizagem. Formando assim leitores, pesquisadores, preparados para desenvolver suas competências e habilidades na escola e na convivência social. (Codó, Maranhão, Centro Educacional Municipal Senador Archer, 2018, p. 11)

As afirmações do projeto político pedagógico da escola sugerem que todos são levados a pensar suas concepções e ao expor para o coletivo, também é levado a repensar ao ouvir a concepção do outro. Este movimento representa o confronto de valores e opiniões para o coletivo pensar no seu maior objetivo: que cidadão e sociedade estamos formando?

A tabela abaixo mostra o plano de ação da escola Centro Educacional Municipal Senador Archer (CEMSA) sinalizando sua essência, os desejos da sua comunidade, estabelecendo sua concepção, suas ideias políticas e pedagógicas, onde as ações técnicas – pedagógicas foram elaboradas coletivamente.

Tabela 3: Plano de ações técnico - pedagógicas implementadas no CEMSA.

Metas	Estratégias
1. Aumentar de 82,7% para 95% o índice de aprovação.	Utilizar técnicas e metodologias diversificadas para melhorar o nível de aprendizagem e consequentemente o Índice de aprovação.
2. Reduzir de 10,1% para 6,9% o índice de evasão escolar e diminuir a repetência; de 17,3% para 11,6%.	Promover aulas atrativas, contatar os pais ou responsáveis, revisar os conteúdos e promover recuperar paralela.
3. Assegurar o cumprimento dos 200 dias letivos.	Controlar a frequência de alunos e funcionários.
4. Reduzir a infrequência e a defasagem de aprendizagem dos alunos.	Elaborar tabela de controle da frequência diária, fazer monitoramento aos faltosos.
5. Aumentar o comportamento de leitura dos docentes.	Realizar projeto e concurso de leitura.
6. Fomentar a melhoria das relações familiares e escolares.	Realizar palestras sobre relações humanas e relacionamentos familiar.

7.	Prevenir que alunos se envolvam com drogas ilícitas e lícitas.	Realizar projeto de conscientização mostrando os malefícios causados pelas drogas.
8.	Diminuir a agressividade, a indisciplina na hora do recreio e promover a descontração	Desenvolver projetos e palestras temáticas.
9.	Interferir nas questões de violência.	Conscientizar o corpo docente de que devemos promover a paz.

Fonte: projeto político pedagógico do CEMSA.

A escola nesse período possuía estratégias próprias como se vê na tabela acima para atuar na avaliação, recuperação e promoção do aluno bem como a diminuição da evasão e retenção. A verificação do rendimento escolar seria realizada avaliação de aproveitamento e apuração da assiduidade em todas as experiências de aprendizagem. No ano de 2018 a 2019, a realidade do Centro Educacional Municipal Senador Archer apresentava uma situação socioeconômica heterogênea. Parte dos alunos se apresentava com comportamento agressivo, dificuldade na aprendizagem e desestruturação familiar eram fatores que influenciavam a vida dos alunos. Estas problemáticas despertavam a atenção da escola, conduzindo- a refletir sua ação. Para solucionar esse quadro a escola buscava novas alternativas.

Para sanar essas problemáticas a escola buscou uma aproximação maior com os familiares com trabalho de conscientização dos pais e dos próprios alunos, envolvendo não só os professores em sala de aula, como também a direção e coordenação.

Os pais participavam destas ações por intermédio de por meio de reuniões, bilhetes ou telefonemas, a respeito do comportamento dos filhos. Essa sensibilização por parte da escola tem papel importante na concretização dos objetivos propostos no PPP da escola.

4.3 O que pensam os autores do projeto político - pedagógico?

Neste tópico apresentamos a discussão e análise dos dados coletados nos questionários e entrevistas com os profissionais da escola, organizamos-os sequencialmente pelos segmentos: direção, coordenação pedagógica, professores e alunos. As questões sinalizam a possibilidade de entender como os profissionais entendem o projeto político – pedagógico, se é percebido como documento elaborado

de forma participativa. Das cinco questões dirigidas a administração escolar procuramos identificar a concepção da administração acerca do projeto político – pedagógico e como são articuladas as ações do projeto para alcançar seus objetivos. No ano de 2018 o Centro Educacional Municipal Senador Archer estava reformulando seu PPP com base em recomendações da Secretária de Educação Ciência Tecnologia e Inovação (SEMECTI). E isso aconteceu até o momento da pesquisa. Durante a pesquisa foi indagado a gestora da escola se as orientações estabelecidas pela SEMECTI tiravam a autonomia das escolas de algum modo. E assim ela se manifestou:

No meu ponto de vista sim, porque a gente que faz a escola é que tem uma real noção do que acontece aqui dentro no dia a dia, o que precisa ser feito para melhorar no cotidiano e abarcar essas carências no nosso projeto. Mas assim... a gente acaba entrando em acordo. É tudo em acordo. (Diretora).

Na fala da diretora, percebemos que existe uma negociação entre as partes escola - estado buscando o que é melhor para escola. Para Medel, (2012), para evitar esses conflitos é necessário investigar a própria ação desenvolvida pela escola.

Na entrevista com a diretora do Centro Educacional Municipal Senador Archer sobre porquê ter um projeto na escola. Assim ela se manifestou:

Para organizar, projetar e estabelecer objetivos, metas e ações pré-estabelecidas pelo corpo docente, supervisão e gestão escolar. Oportunizando cada área do conhecimento relatar suas nuances e entraves que permeiam o processo educativo. (Diretora)

Segundo Silva (2011), explorar a ideia do projeto político – pedagógico - Para que serve? Porque ter um projeto. Para quem? Ajuda a reconhecer a sua importância no cenário escolar. Fazendo isso de algum modo estimula e confere autonomia a escola para que ela construa um projeto condizente com a sua realidade.

Entendemos que é preciso explorar o entendimento conceitual de participação como direito democrático, pois a democracia é um processo a ser vivido. A partir da fala da diretora observa - se quem participar da elaboração e execução do projeto político – pedagógico da escola. Vasconcelos (2002), fala que é difícil os envolvidos assumirem as responsabilidades combinadas no coletivo deixando a administração como encarregada de proteger o projeto. Além disso o PPP é visto como um documento obrigatório e burocrático. Portanto, por mais que seja importante construir e implementar um projeto na escola é difícil articular dialogicamente entre as partes envolvidas. Ao perguntar a diretora sobre como o PPP pode melhorar a escola assim ela respondeu:

No âmbito escolar, todas as decisões deverão ser tomadas de forma coletiva: socializando as informações e demonstrando a relevância da construção de um trabalho coletivo e participativo, onde as metas contribuem para o bom andamento do processo educativo.

Aqui a diretora reconhece a importância da participação. Silva (2011) fala que, quanto mais ampla for a participação dos diferentes segmentos na tomada de decisões, mais ampla pode se tornar a autonomia da escola. Com isso, segundo Medel (2012, p. 30), a escola aumenta sua responsabilidade tornando – se mais competente no seu fazer pedagógico. A administração deve buscar formas de envolvimento, dá coordenação as ações sistematizadas com cada diferente seguimento da escola. No questionário dirigido a diretora ao ser perguntada quais estratégias eram realizadas para buscar o envolvimento de todos na construção do PPP. Assim ela se manifestou:

Realizações de reuniões periódicas no início do 1º trimestre letivo com representação dos segmentos para conhecimento e atualização do documento: seguido da análise e criação de ações e metas que serão implementadas. (Diretora)

Notamos que a administração a cada início de ano realiza reuniões para discutir o que foi planejado. Isso significa que no início do ano o PPP da escola passa por uma avaliação, uma reformulação ou como ela mesma diz: uma atualização. É nesse momento que a avaliação do PPP, segundo Gandin (1999, apud Medel, 2012), revela as implicações de concepção de currículo, inclusão, relações interpessoais no cotidiano escolar, questionando em que medidas estão ou não voltadas para uma escola de qualidade, democrática e plural.

Segundo Sousa (1998, apud Medel, 2012), a avaliação envolve repensar as ideias, a visão de mundo, o papel da escola. Nesse sentido, a coordenação pedagógica ocupa papel central no processo de avaliação do PPP, trabalhando como facilitadores/mediadores para instrumentalizar os agentes para que eles se tornem agentes avaliadores da sua própria ação.

A coordenação pedagógica, deve trazer indagações importantes de como o PPP abarcar a pluralidade dos agentes, por exemplo, se as ações da escola trouxeram resultados a comunidade escolar, se não, o que mudar?

Durante a pesquisa foram aplicados questionários a coordenação pedagógica onde as questões buscaram apontar o ponto de vista da coordenação de como era trabalhada a relação escola/família/comunidade, como se caracterizava o relacionamento Inter-pessoal na escola e o que era feito para melhorar o ambiente

escolar? Ao responder a primeira questão de como era trabalhada a relação escola/família/ comunidade, assim a coordenação se manifestou:

De forma que a família seja parte integrante juntamente com a comunidade, de todas as atividades da escola, de forma participativa e efetiva (Coordenação pedagógica).

Ao responder a segunda questão de como se caracterizava o relacionamento Inter-pessoal na escola, assim a coordenação se manifestou:

É pautado principalmente pelo respeito entre todos que compõem a comunidade escolar (Coordenação pedagógica).

Ao responder o que era feito para melhorar o ambiente escolar a coordenação apontou algumas das ações desenvolvidas pela escola.

Conscientização de todos da necessidade individual que cada um tem na construção de um ambiente de qualidade;

Palestras diversas com profissionais de áreas diversas para um fim; Reuniões com pais, alunos e professores (Coordenação pedagógica).

Todos estes questionamentos são pertinentes pois no processo de avaliação se torna o marco referencial do PPP. A partir das respostas da coordenação pedagógica identificamos que a escola busca uma aproximação com a comunidade, valorizando a participação criando meios de comunicação como por exemplo bilhetes, reuniões e encontros. Isso evidencia o esforço da escola em envolver todos no processo de reelaboração do PPP.

Segundo Medel (2013, p. 62) as etapas de diagnóstico, levantamento de concepções e programação de ações explicitam a organização do trabalho escolar, a proposta curricular e as possibilidades de inovação pedagógica. Assim sendo, foi aplicado um questionário a um grupo de professores. As respostas deles explicitam a importância do PPP e porque construí-lo coletivamente. Docentes da escola pesquisada, por sua vez, assim se manifestaram:

Qual a importância do PPP?

— Além de ser um documento importante para a escola ele detalha os objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola. (Docente 1).

— O projeto político – pedagógico dentro do universo escolar é um instrumento norteador das ações pedagógicas a ser desenvolvidas no decorrer do ano letivo. Tendo como parâmetro o perfil do educando que queremos formar e o alcance de metas para diminuição do índice de evasão e repetência: projetando meios de alcançar uma melhoria significativa da aprendizagem dos alunos (Docente2).

— É de extrema importância pois ele irá nortear as ações realizadas na escola visando assim melhorias neste ambiente facilitando assim o melhor desenvolvimento desta (Docente 3).

— No exercício do magistério, é essencial para a motivação dos trabalhos, como o objetivo. A organização dos métodos para atingir os objetivos e a forma de avaliar (Docente 4).

As definições dos professores apontam conceitos significativos quanto a importância do PPP, tais como: documento que norteia as ações pedagógicas, privilegiando o perfil do educando e da comunidade. E, ainda, segundo os docentes o PPP ajuda na melhoria da escola.

As respostas nos levaram a pensar se os professores entendem o sentido político que eles atribuem ao PPP da escola? O que cada um tem para contribuir para a melhoria da escola? Assim, buscamos identificar o significado do porquê construir o PPP em coletivo pelos professores.

Os docentes, nesta direção, expressaram que:

— Deve ser construído em coletivo, integrada e articulada para possibilitar a organização e a gestão escolar com vistas ao cumprimento da missão maior da escola: uma educação de qualidade para todos (Docente 1).

— Porque cada segmento tem sua relevância no processo de ensino aprendizagem e dentro do ambiente escolar contribuem para uma convivência pacífica e harmônica, na qual os educandos possam desfrutar de um ambiente acolhedor e propício ao aprendizado (Docente 2).

— Para que todos que fazem a escola possam estar cientes das ações e promover de forma promissora, com objetivo de unificar as partes que fazem a escola (Docente 3).

— Porque a sociedade como um todo participa do ensino e aprendizagem doa alunos. Sabendo que o corpo docente, juntamente com servidores fazem parte da estrutura escolar (Docente 4).

A partir das falas dos professores pudemos constatar que o corpo docente da escola expõe a sua compreensão de que cada seguimento tem responsabilidades na construção coletiva do PPP. Fica claro que a participação é o caminho a ser seguido para que a missão maior da escola seja alcançada. Portanto, podemos dizer o PPP da escola abarca a pluralidade de seus atores.

Segundo Lima (2006) é comum a responsabilidade de elaboração do PPP ficar a cargo da direção. Esquece-se, por exemplo, de ouvir os alunos, como expresso no depoimento de alguns alunos em entrevista sobre o projeto político – pedagógico da escola. Na entrevista buscamos observar se os alunos tinham conhecimento do projeto pedagógico da escola e se eles participavam da construção deste documento.

Os alunos ao serem indagados sobre se eles já ouviram falar do projeto político pedagógico da escola, eles disseram:

— Não. O que é isso? (Aluno 1)

— Não sei o que é isso? (Aluno 2)

— Eu nem sabia que existia isso. (Aluno 3)

Se já foram convidados para participar da elaboração do PPP? Outros disseram:

— Não. (Aluno 1)

— Não. (Aluno 2)

— Não. (Aluno 3)

Vocês têm algum meio de comunicação de transparência das finanças da escola?

— Tem o mural onde é colocado os avisos e de vez em quando as verbas para a escola. (Aluno1)

— A diretora avisa nas salas quando tem alguma coisa para avisar, o mural ou a radio escolar. (Aluno 2)

— Tem o mural. (Aluno 3)

Como se vê a maioria dos alunos não tinham conhecimento do projeto político – pedagógico da escola. Segundo Gadotti (1995) os alunos geralmente ficam de fora do processo de construção do projeto político – pedagógico. Porém isso não anula os esforços da gestão escolar para sanar as dificuldades encontradas. É evidente que o espaço escolar é muito mais dinâmico do que se imagina.

Porém, apresento abaixo o projeto que pude acompanhar na escola sobre a consciência negra durante a pesquisa no ano de 2018. O projeto evidencia a concretização das ações propostas pela escola para uma formação humana dos alunos abordando temas como racismo, respeito ao próximo e orgulho negro.

Figura 2: Atividades realizadas pelos alunos na escola.



Fonte: arquivo da pesquisa.

Essas foram algumas das atividades que pude acompanhar desenvolvidas pela escola que, ao meu ver, demonstram a implementação das ideias da comunidade, daqueles que se envolveram na construção do projeto político - pedagógico do Centro Educacional Municipal Senador Archer no ano de 2018 a 2019.

Na foto acima á direita alunos apresentam uma peça teatral sobre racismo. Abaixo alunos apresentam pratos típicos da culinária brasileira, e mais abaixo na direita cartaz produzido pelos alunos com mensagens contra o racismo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político – pedagógico se apresenta como um instrumento capaz de nortear e exprimir as ideias de comunidade escolar e de seu grupo numa tentativa de buscar uma educação de qualidade. Nem sempre é fácil, porém é no percurso do fazer que vão se contemplando as nuances de uma escola, construindo a sua identidade, concepção de aluno, visão de mundo e a missão maior da escola: uma educação de qualidade.

A sua construção implica exercer uma atividade engajada, coerente estabelecendo fins e meios para o aperfeiçoamento, visando intensificar o desenvolvimento de ações cooperativas, eficazes e renovadoras.

Cada vez mais as escolas públicas têm ampliado as suas funções sociais, e para a transformação da mesma, demanda esforço coletivo. O projeto político-pedagógico é o plano global da escola. Portanto ele deve ser entendido como um projeto em constante reformulação abraçando as transformações da sociedade, não assumindo uma forma definitiva e acabada, permitindo assim a inclusão de novas ideias e soluções.

O trabalho realizado evidenciou alguns pontos pertinentes no caminho da escola Centro Educacional Municipal Senador Archer (CEMSA) em relação a instauração de um espaço democrático, pois vimos que os alunos são os que menos participam do processo de concepção do projeto, porém não anula os esforços da equipe diretiva na busca pela inclusão e envolvimento de todos nas ações da escola. Assim o faz realizando projetos educacionais ao longo do ano letivo, encontros, reuniões.

Nas entrevistas, os sujeitos: professores e equipe administrativa (direção e coordenação pedagógica) são os que mais estão a par do projeto político pedagógico da escola e demostram mais adesão a ele. Percebemos também que apesar de ser uma obrigação legal a criação projeto político pedagógico os profissionais têm uma percepção sobre PPP além de um documento para cumprir as exigências legais, eles vêem a possibilidade de formação de uma sociedade mais justa, consciente e capaz de exercer sua plena cidadania através de um projeto educacional.

REFERÊNCIAS

- BUSSSMAN, Carvalho Antônia, Ilma passos Alencastro Veiga (org.). **Projeto Político - pedagógico e a gestão da escola**. 29º ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013. p. 37-52.
- BRASIL. Lei 9.394 de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. **Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/diretrizes-curricularesnacionais-2013-pdf&Itemid=30192>>. Acessado em:24/06/2020.
- CODÓ. Secretaria de Educação Ciência, Tecnologia e informação- Maranhão, **projeto político - pedagógico - Centro Educacional Municipal Senador Archer**, 2018.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: fundação do desenvolvimento da educação, 1995.
- FERRARI G.V. **A importância do coletivo na construção do projeto político pedagógico da instituição escolar**. [S.I: s.n.], (2011).
- FREIRE, Paulo. **Educação e política: ensaios**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRANCO, Luiz Gustavo; MUNFORD, Danusa. **Reflexões sobre a base comum curricular: um olhar de Ciências da Natureza**. [S. I.: s.n.].
- GADOTTI, Moacir. **Organização do trabalho na escola**. São Paulo: Ática. 1993.
- _____, Moacir. **Escola vivida, escola projetada**. Campinas, São Paulo: Papirus. 1992.
- _____, Moacir. FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIMA, Maria Aparecida. **O projeto político – pedagógico: uma resposta da comunidade escolar**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- LIMA, Paulo Gomes; PEREIRA, Meira Chaves. **O projeto político pedagógico e a possibilidade da gestão democrática e emancipatória da escola**. Jundiaí, PacoEditorial:2013.
- MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto Político – pedagógico: Construção e implementação na escola**. - 22. Ed. rev. Campinas, São Paulo: autores associados, 2012.
- MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de, CASTRO, Paula Almeida de. (orgs.).**Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina grande: EDUEPB, 2011.

NEVES, Carmen Moreira de Castro; Ilma Passos Alencastro Veiga (org.). **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional**. - 29ª ed. - Campinas, SP: Papirus, 2013. p. 95-128.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. - 2 ed.. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

NOVAIS, A. Fernando/ coordenador – geral da coleção; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OLIVEIRA, Davi Benvindo. **A história talhada na memória: a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão e o operariado de Codó (MA)**. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina. v. 8, n. 1. 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Henrique Vitor. **Implicações do carácter político da educação para a administração da escola pública**. Trabalho apresentado na 25ª reunião anual da ANPd, Caxumba, MG: 2002.

_____, Henrique Vitor. **Eleições de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2003.

RIBEIRO, Adriano. **A gestão democrática do projeto político pedagógico na escola pública de educação básica**. [S. I.: s.n.], [2006-2007].

SILVA, Deise de Oliveira da. **A construção do projeto político pedagógico numa perspectiva democrática: Uma experiência na rede municipal de ensino em Santo André,SP**. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, Marília Fonseca (orgs.). **As dimensões do projeto político – pedagógico: novos desafios para a escola**. – Campinas, SP: Papirus, 2001.

_____, Ilma Passos Alencastro, (org.). **Projeto político – pedagógico da escola: uma construção possível**. – Campinas, SP: Papirus, 2013.

VASCONSELOS, Celso dos Santos. **Projeto de ensino – aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 10ª ed. São Paulo: Libertad, 2002.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado (a) a participar de um estudo acadêmico intitulado: Projeto Político – Pedagógico: instrumento da gestão democrática no Centro Educacional Municipal Senador Archer, que tem como objetivo principal estudo e análise do Projeto Político – Pedagógico.

O estudo será realizado pela aluna Sara Araujo Costa, do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais/Biologia da Universalidade Federal do Maranhão e, orientado pelo professor Dilmar Kistemacher da mesma instituição.

As entrevistas e interações precisam ser gravadas em áudio, através de um gravador. A gravação é importante para que elas possam ser posteriormente transcritas e analisadas com maior exatidão.

A participação no estudo não acarreta ao entrevistado (a) nenhum tipo de risco. O anonimato de todas as pessoas que participarão da pesquisa será devidamente preservado, bem como os nomes que forem mencionados durante as entrevistas, de modo que os participantes não sejam identificados. A participação nesta pesquisa é voluntária, tendo o participante o direito pleno de se recusar a participar ou de se retirar da pesquisa a qualquer momento do processo, sem que acarrete alguma forma de penalidade. E, ainda, o participante poderá optar por excluir total ou parcialmente alguma gravação, se assim o desejar.

Em caso de dúvidas relacionadas ao presente estudo e ao andamento da pesquisa, o participante poderá entrar em contato com o aluno pelo telefone: (99)981475189, ou através do e-mail: saracosta14.sc@gmail.com.

Você recebeu uma via deste documento e que ficará em seu poder. Desde já registramos o nosso agradecimento por sua colaboração na realização deste projeto de pesquisa, ressaltamos que os resultados do estudo nos ajudarão a compreender melhor a importância do Projeto Político – Pedagógico no fazer pedagógico da escola.

Atenciosamente,

Sara Araujo Costa

Universidade Federal do Maranhão - Campus VII

CONCORDÂNCIA EM PARTICIPAR DA PESQUISA

Eu, _____, concordo em participar do estudo descrito acima.

Assinatura do participante: _____.

Assinatura do aluno - pesquisador: _____.

Data: ____/____/____